

INDIODESCENDÊNCIA: fundamentando o conceito¹

Celene Fonseca²
tupinamba.01@gmail.com

Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio- Americanos - CEPAIA

RESUMO

A finalidade do trabalho é apresentar algumas considerações sobre o conceito de “indio descendência” e sobre a caracterização do indio descendente, de modo a subsidiar estudos que visem a inclusão desse novo grupo étnico nas Políticas de Ação Afirmativa que vêm sendo implementadas no Brasil. Mesmo sem citá-las expressamente, o documento já incorpora as críticas mais frequentes, feitas por indígenas e indigenistas, aos dois termos - sobretudo aquelas que afirmam ser o novo conceito desqualificador dos índios, o que poderia resultar em negação da identidade indígena e possível perda de direitos. Além de ressaltar a inserção eminentemente urbana dos indio descendentes e a ausência de vinculação com uma comunidade indígena de origem, é feita uma referência cruzada entre índio/ indio descendente e quilombola/ afrodescendente. Navegando entre a abordagem instrumentalista e a primordialista do fenômeno étnico, o trabalho centra foco na reelaboração cultural como forma de recuperação da identidade em contexto colonial e neocolonial. O “caminho da volta”, para usar uma expressão cunhada por João Pacheco de Oliveira, não é apenas um ato político, mas um esforço de memória e até uma volta ao corpo, ao fenótipo denunciador da diferença.

PALAVRAS CHAVES: Indio descendência – Resistência Étnica - Índios do Brasil

Por mais paradoxal que possa parecer, a globalização capitalista (e informacional) não assentiu um sério golpe no fenômeno étnico. A completa uniformização cultural que se daria pela padronização do consumo de bens materiais e imateriais não ocorreu. Alguns pesquisadores dizem que “a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998,p.27). Ela se constituiria numa espécie de resistência organizada à uniformização ou à dominação cultural e linguística, e também uma estratégia de reivindicação de recursos do *welfare state* (Glazer & Moynihan citados por Poutignat &

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Ele resulta da modificação de um texto inicialmente elaborado em setembro de 2006, com a finalidade de subsidiar a Comissão para Formulação de Proposta de Programa de Ações Afirmativas Destinadas às Populações Indígenas/ Universidade do Estado da Bahia.

² Aldeneiva Celene de Almeida Fonseca é Mestre em História e Civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris-FR).

Streiff-Fenart, 1998, p.28). O sistema internacional de comunicação do mundo moderno veio facilitar a difusão desses sentimentos nacionalistas e étnicos. A derrocada da União Soviética, e, evidentemente, da centralidade da “classe” como único vetor explicativo para as transformações sociais, abriu mais espaço para o afloramento do fenômeno.

No Brasil, um recente processo de etnização tomou impulso a partir da década de 1970, aprofundando-se especialmente nas décadas de 1980 e 1990: novos grupos indígenas surgem, de todos os lados, particularmente no Nordeste; movimentos negros e quilombolas se organizam. O contexto político é de luta contra a ditadura militar, propício à coesão e criação de coletividades; o contexto econômico, em contrapartida, é o do neoliberalismo triunfante, com foco no individualismo. O movimento, inicialmente de caráter predominantemente anti-racista, se expande a partir daí. O fenômeno está sendo conhecido como de “emergência” ou “ressurgimento” étnico. Índios e negros preferem falar em “resistência”. Na esteira desses movimentos, um novo e insuspeitado grupo é criado: os indiodescendentes.

Contexto de surgimento

O termo “indiodescendente” foi cunhado por um grupo de pessoas que no contexto das discussões sobre o V Centenário de História do Brasil (500 Anos / Outros 500), passou a se reclamar de uma real ou presumida ascendência indígena. Este grupo fez uma série de reuniões sobre a questão nos anos de 2001/ 2002, em Salvador-BA, decidindo-se pela criação de uma entidade - a UNID–União Nacional dos Indiodescendentes -, em novembro de 2002, com o objetivo de “resgatar, preservar e desenvolver os valores da cultura e da vida dos seres indígenas e dos indiodescendentes”.³

³ A UNID – União Nacional dos Indiodescendentes foi fundada como associação civil, sócio-cultural, laica, de direito privado, sem fins lucrativos, em 27/11/2002, em Salvador-BA. A UNID optou pela grafia sem hífen e eu resolvi mantê-la. Os objetivos sociais da entidade, segundo seu Estatuto Social (27/11/2002, reformado em 30/06/2004), se desdobram: “I. Humano: estudar, analisar, pesquisar, divulgar e conscientizar as pessoas em geral com relação à verdadeira história dos povos nativos, como também sobre as atuais condições de vida da população indiodescendente; II. Social: congregar pessoas consideradas indiodescendentes ou identificadas com essa etnia e com os objetivos da entidade, assim como elaborar diagnósticos e projetos de natureza sócio-econômica; III. Político: vigiar, cobrar ações do Estado e promover ações visando ao cumprimento das garantias constitucionais pertinentes relacionadas aos índios e aos indiodescendentes; IV. Holístico-espiritual: promover ações humanitárias em favor da paz, da justiça, da fraternidade e da cooperação entre os povos, diretamente ou em colaboração com outras entidades pacifistas, ambientalistas, de indígenas, indigenistas e de indiodescendentes; V. Científico-cultural: estudar meios de incorporar o desenvolvimento científico à cultura dos índios e dos indiodescendentes sem o comprometimento dos seus valores e da sua cultura.”

O mentor da idéia foi o bancário aposentado José de Arimatéia Nogueira Alves, piauiense⁴ radicado na Bahia desde o final da década de 1960 e ex-militante sindicalista vinculado ao Partido dos Trabalhadores. Por se saber neto de índio, e se interessar por suas origens, ele passou a acompanhar com interesse os debates relativos ao eurocentrismo/ colonialismo desde 1992, quando das manifestações alusivas à “Descoberta da América”; o interesse se avivou com as discussões que ocorreram na Bahia, no período que antecedeu e sucedeu o 22 de abril de 2000, a respeito de 500 anos de História do Brasil. Foi, particularmente, depois de uma palestra a respeito do Movimento Brasil Outros 500, realizada na Câmara dos Vereadores de Salvador, no ano 2000, que ele decidiu criar a entidade. Ele convidou alguns indigenistas, alguns professores e estudantes, etc, e eu própria, que naquele momento militava no Movimento Outros 500, para integrar os quadros da entidade. O grupo se desmarcava dos índios e dos indigenistas. Seria uma nova categoria de pessoas reunidas em torno da temática indígena⁵.

Em 2004, a Universidade federal da Bahia incluiu os indiodescendentes no seu sistema de reserva de vagas. Houve forte questionamento por parte dos índios e de entidades indigenistas, que se sentiram excluídas do debate. O documento da UFBA sugeria, implicitamente, a identidade entre índios urbanos e indiodescendentes, o que gerava confusão.

Hoje, o termo “indiodescendente” tem sido usado com cada vez maior frequência na mídia impressa e eletrônica, havendo editais de seleção – a exemplo do Ministério Público e da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Salvador – que já fazem menção expressa aos indiodescendentes. Algumas querelas a respeito da “falsificação” da identidade indiodescendente para efeito de concorrência no vestibular da UFBA também chegaram aos jornais.

Foi também por esta época que a UNID tomou conhecimento da existência de movimentos “indiodescendentes” no Grande Norte Amazônico: MNM - Movimento Nação Mestiça (também chamado de “Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro”, surgido em 2001 em Manaus),

⁴ É interessante notar que o líder do movimento é oriundo de um Estado considerado, até aquele momento, “sem índios” - sem índios, mas com indiodescendentes, poder-se-ia doravante acrescentar.

⁵ Em documentos posteriores, a UNID dá informações mais precisas sobre o contingente indiodescendente. Ele seria composto de caboclos, caiçaras, mamelucos, afro-ameríndios e povos da floresta. Ela apóia-se na pesquisa *Retrato Molecular do Brasil*, coordenada pelo cientista Sérgio Pena (UFMG), para calcular seu número em milhões de indivíduos (pelo menos 50 milhões).

ACRA – Associação dos Cabocos e Ribeirinhos da Amazônia, entre outros⁶. Em que pese a variedade de nomes, todas estão de alguma maneira calcadas no caboclo amazônico; algumas, como é o caso da ACRA, dizem textualmente: “Caboco é uma pessoa mestiça que descendente de indígenas e brancos; é o *mestiço da Amazônia*. O caboco é, assim, um indiodescendente.”; “Os ribeirinhos são os habitantes das margens dos rios da Amazônia. Podem ou não ser cabocos ou indiodescendentes, embora o sejam em sua maioria” Ela diz ainda que essas populações são “herdeiras culturais e territoriais dos povos nativos e de outros dos quais descendam”. Ela vai mais longe, ao definir, no seu *site*, quem é o indiodescendente: “Indiodescendente é qualquer pessoa que descenda dos povos nativos da América, mas que não se identifique como pertencente a uma etnia indígena determinada. Os indiodescendentes em sua maioria, embora saibam descender de indígenas, desconhecem e não têm mais identidade com os povos nativos dos quais descendem. Além da origem nativa, os indiodescendentes também possuem outras origens. Cabocos e cafuzos são dois exemplos de indiodescendentes”

Apesar desse nascimento quase simultâneo, tudo indica que o termo “indiodescendente” foi primeiramente usado pela UNID, que depois o teria socializado com outras organizações “nativas”. Apesar de se tratar, evidentemente, de movimentos compostos majoritariamente por indiodescendentes, há diferenças de monta entre a UNID e os movimentos amazônicos. Estes últimos são focados na “mestiçagem” e tem se aliado a pessoas e grupos que fazem oposição ao movimento negro e, até, ao movimento indígena.

Definições e conceitos

O conceito de indiodescendência foi calcado no de afrodescendência. A diferença se encontraria no fato de a raiz de um nos remeter a um continente (a África) e a do outro a uma etnia genérica (índio) - mas a atopia deste é mais aparente que real: apesar de não ser sinônimo, “índio” aí funciona como a forma abreviada de “indígena” (indigenodescendente). Apresentando a questão sob a forma didática de uma equação, pode-se dizer que *os indiodescendentes estão para os índios assim como os afrodescendentes estão para os quilombolas*.

⁶ “Resistência Mulata”; União da Juventude Mestiça, além do citado ACRA. Há núcleos do MNM no Ceará e em Roraima.

Os quilombolas não estão no mesmo plano que os índios, pois foram trazidos de fora; mas o fato de ocuparem um território e seu suposto isolamento durante largo período de tempo evoca uma situação semelhante. Enquanto isso, os afrodescendentes, desterritorializados e com significativa inserção urbana, se assemelhariam aos indíodescendentes. Como eles, sua afirmação política não passa pelo processo de territorialização.

Eles se assemelhariam também pela inserção subalterna no projeto colonial europeu e português – apesar da constante resistência, negociação e conflito. E pelas discriminações racistas que sofrem na atualidade – em algumas situações pode-se dizer até que “negro” e “índio/ indíodescendente” são *categorias intercambiáveis*. “Vencidos de ontem e excluídos de hoje” é a expressão que melhor resume essa similaridade.

Quem é o indíodescendente? Por que o termo índio não basta para defini-lo? Indíodescendente é, em primeiro lugar, descendente de índios. Essa vinculação é imprescindível. Que ela seja real ou apenas presumida, no mínimo é preciso que a pessoa se considere descendente de índios para ser considerada indíodescendente. É elementar, mas basta? Esse (real ou suposto) substrato genético terá que ser complementado pelo sentimento de pertença e pela expressão deste em atividades sociais e culturais.

Isto porque, em termos puramente genéticos, boa parte dos brasileiros poderia ser considerada indíodescendente. Por conta da mestiçagem, mesmo aqueles que se consideram afro ou eurodescendentes. No entanto, nem todos assumem sua indíodescendência. Ou quando o fazem, aludem apenas ao aspecto genético e pinçam um ou outro elemento cultural, sem maior compromisso com essa identidade. A maioria assume outras identidades étnicas ou se identifica apenas como brasileiro. Há até casos de pessoas que, apesar de comprovadamente indíodescendentes, se posicionam social ou culturalmente como brancas ou negras. Há outras que cultivam sua identidade de forma clandestina, de modo a que ela não constitua um obstáculo à ascensão ou ao convívio social. Por outro lado, há também o caso do filho adotivo, que mesmo que não possua patrimônio genético indígena, pela sua vinculação familiar pode ser perfeitamente considerado indíodescendente.

Em relação ao fenótipo há uma ressalva de monta: como o racismo no Brasil é de marca e não de origem, o fenótipo funciona não só como indicador de pertencimento a um determinado grupo, mas também como motivo de preconceitos e discriminações por parte de racistas; quer se queira ou não volta-se ao corpo, que é quase um “*corpo de delito*”. Além disso, devido à

destribalização forçada e ao sistemático/ brutal etnocídio, muitas vezes a pessoa só tem como *último recurso identitário o seu fenótipo*. Neste caso, o fenótipo passa a ser culturalmente trabalhado: ele faz parte da “instrução” do processo de recuperação da identidade supostamente perdida; ou seja, é o ponto de partida para a “busca de si”, para a reconstrução de seu passado e a reconstituição social/ psicológica de sua pessoa. Desta forma, uma pessoa que possua um fenótipo próximo ao do “índio”, está melhor posicionada para se considerar e ser considerada indiodescendente.

Mas isto tampouco é suficiente. Para além do fato de se considerar ou ser realmente descendente de índios, é preciso também ter ou declarar o sentimento de pertença a essa categoria. Sentimento esse, que por ser difícil de mensurar, deveria ser expresso nas atividades sociais, políticas e culturais da pessoa. Essas atividades, por sua vez, deveriam ter *vinculação com a temática indígena, com a defesa dos índios ou com a busca pela reafirmação de sua indiodescendência*. Aliás, esse desejo precede tudo. Ele é indicativo de um mal-estar em relação à identidade postiza que lhe foi impingida.

Aí reside a diferença fundamental entre índios e indiosdescendentes. Os primeiros têm uma relação intrínseca com o mundo indígena, por viverem em comunidades que se identificam e são identificadas como tal (sendo o processo de *territorialização* um suporte imprescindível, mas não o único). Os segundos perderam esse vínculo: em consequência da violência dos processos colonizadores; eles vivem isolados ou, no máximo, inseridos no seio de uma família “indígena”; ou seja, de certa forma, eles ficaram “de fora”, passando a viver, por assim dizer, *na busca* desse elo perdido - ou, supostamente “esquecidos” desse vínculo.

Um outro dado interessante, mas que não constitui diferença radical, é que os indiodescendentes vivem em geral em meio *urbano*, em unidades familiares e locais indiferenciados do tecido urbano que o envolve; o índio mora geralmente no meio rural (“índio aldeado”)⁷. Entretanto, mesmo residindo na cidade, o índio mantém ligação ou convive com sua comunidade de origem⁸ – assim, ele não pode ser confundido com o indiodescendente.

⁷ O conceito é problemático: índio é índio em qualquer lugar, não importando o local de residência; só se admite o uso deste como categoria operacional destinada à obtenção de benefícios específicos a esta condição de moradia.

⁸ Quando não habita dentro de verdadeiras “aldeias urbanas”. Há também famílias indígenas - mas que não se assumem plenamente como tal - que habitam os subúrbios de cidades de médio porte, vizinhas de territórios indígenas; para não ficar que em um exemplo, citemos as cidades de Teixeira de Freitas, Eunápolis e, acredito, Porto Seguro, no sul da Bahia – este é um assunto que mereceria ser mais explorado.

Finalmente, pode-se dizer que geralmente os indiodescendentes exercem atividades profissionais típicas do meio urbano (serviços, indústria, profissões liberais, etc.), ou aquelas adotadas pela sociedade mais ampla; os índios se atêm mais às atividades rurais. Mas isto está mudando, pois o número de índios que fazem cursos superiores e assumem atividades consideradas “urbanas” é cada vez maior.

Tendo em vista o exposto, *indiodescendente é a pessoa que, a partir de uma base genética ou fenotípica real ou presumida, se declara descendente de índios, se interessa pela temática indígena e pela defesa dos índios ou realiza esforços no sentido de reafirmar sua indiodescendência.*

Como podemos ver, as diferenças entre índios e indiodescendentes justificam a adoção de um termo que as expressem. O grupo que começou a debater o assunto nos idos de 2001/ 2002 percebeu a necessidade de assinalar o processo de diferenciação sofrido por índios e indiodescendentes desde a colonização. A cautela, por que não dizer o pudor, exigia que um *termo mediador* - que associasse essas pessoas aos índios e ao mesmo tempo marcasse a diferença - teria que ser encontrado.

Questões-chave

. Voltando à questão da vinculação com a temática indígena, citada acima, para afirmar sua identidade é preciso que os indiodescendentes exibam *sinais diacríticos* de sua “indianidade”? Esta exigência seria tanto quanto maior devido a ausência de processo de territorialização? Não necessariamente. A questão é mais política que propriamente cultural. Algo está a incomodar, donde a necessidade de marcar uma distintividade social em relação a outros grupos que compõem a sociedade mais ampla. Nada mais em acordo com a definição clássica de grupos étnicos: “um tipo organizacional em que uma sociedade se utilizava de diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade diante de outras com que estava em um processo de interação social permanente”⁹. O foco se desloca da cultura para o ‘ato político’ (Oliveira, 2004, p.23)¹⁰.

⁹ Segundo o bom resumo da definição dada por Fredrik Barth (1969, *Ethnic groups and boundaries*, introdução), feita por Oliveira, p. 22.

¹⁰ Oliveira, p. 24, vê ainda “a distinção e a individualização como vetores de organização social. As afinidades culturais e lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um

A *distintividade social* aí é reconstruída não apenas pelo viés da volta ao passado¹¹ (muito propenso à idealização), mas também pela *reelaboração cultural*. Entretanto, não se trata apenas de ato político: o trabalho da memória, a informação trazida pelo próprio corpo, e a interação social, o precedem. Muitos dos indiodescendentes foram buscar na infância lembranças que os vinculam ao mundo indígena: a qualidade e forma de alimentação; o hábito de dormir em redes; parte do vocabulário que usa; a tralha doméstica; os hábitos de alguns familiares (“beber fumo”, por exemplo); as manifestações culturais e religiosas (entre estas, os “encantados” e “caboclos” dos candomblés e umbanda) etc. Outros acrescentam a isto as observações do próprio corpo e as comparações feitas pela sociedade envolvente com os asiáticos: “china”, “japonês”, “índio” etc. Outros, as discriminações e pesados insultos racistas que sofreram, finalizadas frequentemente pela associação negativa com os negros.

. No caso dos “índios do Nordeste” é acertado colocar a dimensão territorial como estratégia. No caso dos indiodescendentes não. Apesar de eles terem sofrido processos semelhantes (tentativas de assimilação forçada especialmente pontuadas por aldeamentos, especialmente após o Diretório dos Índios e a Lei de Terras), aqueles conseguiram manter certa unidade territorial e estes não. Os indiodescendentes foram ficando na borda do caminho, desgarrados. Os índios do Nordeste tiveram o “mérito” de terem oferecido uma maior resistência? Ou situações específicas locais fizeram com que, no dizer do presidente da UNID, José de Arimatéa, eles tivessem tido o privilégio de ser índios hoje? O fato é que processo foi brutal, forçado e ilegítimo, e essa brutalidade não deve nortear o direito para sempre. As categorias coloniais não são definitivas. A prova é a própria, e espetacular, “emergência étnica” dos índios do Nordeste, que de “caboclos” e “vaqueiros”, entre outros nomes, passaram a índios à parte inteira.

Essa situação faculta (e encoraja) aos indiodescendentes o direito de retomar sua vida em mãos. O caminho é difícil, devido às acusações de oportunismo e ilegitimidade; inclusive vindas dos próprios índios. Mas isto equivale a responsabilizá-los pelo crime do qual foram vítimas. É como se algo na vítima tivesse suscitado o crime, tornando-a culpada. Trata-se de uma (solerte) *retorsão*. Um exemplo doloroso, vindo da Antiguidade, é o dos eunucos

contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções”.

¹¹ Tratar-se-ia de uma radical volta às origens? A ‘viagem da volta’ é, no caso, possível? (Oliveira op.cit. p.32-34 et passim).

ridicularizados nas ruas como se fossem os causadores de sua própria infelicidade (Schmidt, 1973, p. 68).

. Alguns críticos dizem que o conceito de “indiodescendência” evoca a idéia de “índios genéricos”, sujeitos individuais (dissolvidos na sociedade mais ampla) e não coletivos. Esse tipo de identidade seria “inventada” e “ilegítima”. Além de colocar em foco “direitos individuais”, o conceito poderia dar lugar à volta de critérios racialistas e culturalistas. Esse perigo é real, mas não deve ser obstáculo para a constituição do novo grupo. Com efeito, estudiosos da etnicidade têm percebido que mesmo com a urbanização, a criação dos Estados-nação, e as grandes migrações da Era Moderna, a diluição das fronteiras étnicas não tem sido a regra. “Novas etnicidades” têm surgido e tornaram-se fontes de mobilização coletiva. É o que diz, por exemplo, M. Gordon ao contestar a perda de vigor étnico na sociedade americana: “subsociedades estruturalmente separadas podem manter-se mesmo quando não se pode mais distingui-las com base nas diferenças culturais.” Mesmo que se trate de “eticidades simbólicas” e praticamente esvaziadas de distinções sociais elaboradas, as identificações étnicas se mantêm. Uma “consciência étnica latente que permanece fora do campo da investigação”, pode emergir. É o que prevê a célebre “lei de Hansen” (daquilo que o filho quer esquecer, o neto que se lembrar) a respeito da revitalização da identidade étnica na terceira geração de imigrantes nos EUA ¹².

Hoje, os estudiosos da etnicidade acentuam o caráter mais relacional que essencial das identidades étnicas; seu aspecto mais dinâmico que estático; em suma, seu caráter mais político e social (dinâmico/ situacional/ contingente) do que “cultural” (estático/ substancial/ perene). Em conseqüência, importa menos os atributos étnicos que a percepção que de si tem os sujeitos “étnicos” (Poutignat & Streiff-Fenart p.123-140). Em que pese, a abordagem dita “instrumentalista” estar tendo mais audiência que a abordagem primordialista, não se pode perder de vista que reelaborações culturais se reportam, de forma recorrente, às “origens” do grupo.

. Alguns críticos do conceito dizem que todo índio é descendente de índio, logo “indiodescendente” e “índio” se equivaleriam. A manutenção dos dois termos poderia redundar em confusão no momento de definir os integrantes de uma e outra categoria. Para completar, o termo “indiodescendente” pode evocar a idéia de subproduto dos “índios”: estes

¹² M. Gordon, *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press, 1964; M. L. Hansen. *The problem of the Third Generation Immigrant*. Rock Island, III: Augustana Historical Society, 1938, citados por Poutignat & Streiff-Fenart, respectivamente às p. 69e 71 - ver também p.100.

seriam supostamente puros enquanto os indiodescendentes seriam “derivados”. Em suma, o termo poderia ser usado para abastardar aqueles que se declaram indiodescendentes e por extensão (e na confusão) desqualificar também os índios, resultando na negação e possível perda de direitos de uns e outros – especialmente dos legítimos (já consubstanciados nas leis) pleitos dos índios. Mais: o problema poderia ser maior em relação aos índios que vivem em meio urbano ou em relação aos índios que já mantêm contato regular com a sociedade nacional há muitos séculos.

A possibilidade de confusão é real e forças contrárias aos interesses dos índios não se absterão, provavelmente, de estimular a cizânia. Entretanto, ela tem poucas chances de prosperar, na medida em que a composição dos dois grupos é diferente; e também eles em geral atuam em espaços bastante diferenciados.

Perspectivas de futuro

Os indiodescendentes vieram contrariar aqueles que se apoiavam na vitória da homogeneização do povo brasileiro? A máquina de moer pessoas realmente funcionou a todo vapor, os “criatórios de gente” (Ribeiro, 1995) existiram, mas aparentemente isto não foi suficiente para consolidar a vitória lusa e européia. O futuro é que vai dizer se este novo grupo vai se firmar. Já se prenuncia, porém, algumas dificuldades:

. O surgimento do movimento indiodescendente, ainda que embrionário, põe na ordem do dia a redefinição da população dita “parda”. Pode-se prever fricções com o movimento negro, o que de resto já começou no Grande Norte Amazônico, notadamente com troca de acusações entre o Movimento Negro e o Movimento Nação Mestiça. Para ter chance de sucesso, o movimento indiodescendente teria que dar garantias, ao movimento negro, de uma caminhada conjunta.

. A tonalidade de pele mais clara dos índios, e por extensão, da maior parte dos indiodescendentes, em relação à maioria dos afrodescendentes, pode ser fator de manipulação identitária por parte de grupos brancos/ embranquecidos, e privilegiados, no afã de evitar a redistribuição da riqueza do país (e também a perda do “lugar” prestigioso dos brancos nas instituições e nas mentalidades). O mais provável é que, após tentativa inicial de desacreditar a indiodescendência, ocorra movimento contrário: o estímulo – e mesmo a instigação – à organização de grupos “indiodescendentes”, com o fito de enfraquecer o movimento negro

(além de aprofundar o, já antigo, uso da mestiçagem genética como equivalente ao conceito de democracia racial) e, por conseguinte, diminuir as chances de sucesso das políticas de ações afirmativas voltadas para grupos étnico-raciais; em última instância, evitar a perda de poder político-ideológico no regime de democracia representativa vigente no país.

. Corre-se o risco também de assistir à revivescência, em novos moldes, de um nativismo e de um indianismo romântico que, como no passado, longe de facultar a transformação do país, seja correia de transmissão do eurocentrismo; e, logicamente, do mundo branco/embranquecido.

Um dado interessantíssimo, e que deixa entrever a potencialidade do movimento indiodescendente, é que quase metade dos que se declararam índios no censo do IBGE/ 2000 (o total foi de 734.127 pessoas) moram em cidades. Pelo que se pôde perceber não se trata apenas de índios residindo em cidades, mas também de pessoas que sem vínculo com comunidades indígenas de origem se declararam índias¹³. Por aí se vê que a demanda identitária é grande: estimuladas, talvez, pelo debate crescente em torno das questões étnicas e pelo acento colocado nos direitos da cidadania, muitas pessoas se descobriram índias; certamente muitas outras farão o mesmo nos anos vindouros. O movimento indiodescendente pode vir a ser a voz de muitas dessas pessoas, pode vir a lhes oferecer uma oportunidade de representação política. Se essa demanda for ignorada haverá – aí sim – perda de direitos.

Para concluir, eu diria que tracei aqui apenas considerações iniciais; infelizmente, não pude me estender mais sobre os aspectos teóricos, porque tive que me dedicar à abundância de questões próprias a temas debutantes.

Bibliografia Consultada

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 7ª. ed. rev. São Paulo: editora UNESP, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: J.P. Oliveira (org.), *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004, pp. 13-42.

¹³ No intuito de possivelmente identificar essas pessoas, em Salvador, a UNID constituiu um Banco de Dados com o cadastro de 3 mil entrevistados; além de dados de identificação e de escolaridade, o entrevistado deve assinalar se ele “considera”-se” índio, indiodescendente ou afro-ameríndio. Trata-se de um levantamento preliminar, muito sumário, de caráter aleatório, e em que as condições de controle da pesquisa não foram explicitadas.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Forneiras, de Fredrik BARTH*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SCHMIDT, Joel. *Vie et Mort des Esclaves dans la Rome Antique*. Paris: Albin Michel, 1973.

*

UNID – União Nacional dos Indio descendentes. *Estatuto Social*, 27/11/2002 – “reformado e consolidado” em 30/06/2004; além disso, foram consultados diversos panfletos e documentos produzidos pela entidade e por seus membros.

UNEB 2006 - *Documento Final de Propostas para um redimensionamento do programa de ações afirmativas* “inclusão e igualdade racial na formação de uma nova cultura universitária”, 28/11/2006.

UFBA. 2004. Documento de Políticas de Ações Afirmativas da Ufba (arquivo digital).

UFBA, 2004 - Resposta à representação da ANAI e outras entidades, elaborada pela Profa. Doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso em 10/05/2004.

VÁRIOS AUTORES. Representação contra o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal da Bahia (30/04/2004), assinada pela ANAI, a APOINME (articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), a APINOBA (Associação dos Professores Indígenas do Norte e Oeste da Bahia), o Conselho dos Professores do Sul e Extremo Sul da Bahia e o CIMI-Leste (Conselho Indigenista Missionário).

Referências eletrônicas:

anaind@grupos.com.br - Muitas das críticas externadas por indígenas e indigenistas foram coletadas nesta lista de discussão *on-line* da ANAI- Associação Nacional de Ação Indigenista, no período de 1º a 22 de setembro de 2006.

http://br.geocities.com/caboco_amaz/ – ACRA consultado em 05/05/2008

<http://www.nacaomestica.org/> - consultado em 05/05/2008

<http://www.jornaldamidia.com.br> - MURALONLINE textos sobre indio descendência postados por José de Arimatéia, principalmente em 2006.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/02/346632.shtml> -consultado em 05/05/2008

pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Pardo-Mestiço_Brasileiro - consultado em 05/05/2008